DOI 10.5216/ia.v51i1.82585

JOGO DA MEMÓRIA: EM MEMÓRIA ÀS EXISTÊNCIAS SAPATÃO

FERNANDA MACHADO
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil
ALINE ACCORSSI
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO:O trabalho apresenta a série de gravuras "Jogo da Memória: em memória às existências sapatona na América Latina", criada na Universidade Federal de Pelotas em 2024. A pesquisa, de caráter poético, parte da vivência da artista como sapatona e arte-educadora, articulando processos criativos com estudos de arte e gênero.A obra transforma o jogo tradicional em um dispositivo político e sensível, utilizando a gravura em metal para dar corpo às ausências e afirmar a potência dessas existências. Ancorada em autores que tensionam a lógica normativa e colonizadora, a pesquisa articula arte, memória e subjetividade como práticas de insurgência. Diante desse cenário, o artigo tem como objetivo apresentar e analisar a obra, discutindo como a arte pode operar como dispositivo de memória e denúncia frente às violências lesbofóbicas na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Sapatão; Violência; América Latina.

APRESENTAÇÃO

Este artigo é desdobramento de uma pesquisa poética desenvolvida no curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas em 2024. Partindo da vivência de crescer sapatona no interior do Rio Grande do Sul, a investigação amplia-se para refletir sobre os apagamentos e resistências das existências sapatonas na América Latina. A obra "Jogo da Memória: em memória às existências sapatonas" transforma o jogo tradicional em dispositivo político e sensível, usando a gravura em metal para dar corpo às ausências e afirmar a potência de nossas existências. Ancorada em autores que tensionam a lógica normativa e colonizadora, esta pesquisa articula arte, memória e subjetividade como práticas de insurgência. Mais do que lembrar, propõe inscrever presenças onde tentaram nos apagar, fazendo da arte um gesto de resistência e reivindicação coletiva.

Diante desse cenário de apagamento e violência, a pesquisa parte do seguinte problema: como a arte pode operar como dispositivo de memória e denúncia frente às violências lesbofóbicas contra existências sapatonas na América Latina? Assim, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a obra Jogo da Memória: em memória às existências sapatonas, discutindo como a arte pode funcionar como dispositivo de memória, denúncia e resistência frente ao lesbocídio e ao apagamento dessas existências. Esta pesquisa situa-se no campo das investigações em arte e educação e se desenvolve a partir de uma abordagem qualitativa e autobiográfica, articulando reflexão teórica, investigação documental e processo de criação artística. A investigação mobiliza contribuições de autores dos estudos de gênero, feministas e decoloniais, cuja

produções teóricas me auxiliam a problematizar os regimes coloniais de gênero e sexualidade que historicamente produziram o apagamento e a marginalização das existências dissidentes.

Paralelamente ao estudo teórico, realizei um levantamento de informações sobre casos de violência e lesbocídio na América Latina a partir de notícias, reportagens, registros de organizações e materiais disponíveis em meios digitais. Esse processo de pesquisa buscou reunir dados e narrativas sobre mulheres e pessoas identificadas comosapatonas que foram vítimas de violência lesbofóbica, permitindo compreender tanto a dimensão estrutural dessas violências quanto os modos como essas vidas são frequentemente apagadas ou silenciadas nos registros sociais e históricos. A partir desse percurso investigativo, desenvolvi a série de gravuras Jogo da Memória: em memória às existências sapatonas, produzida por meio da técnica de gravura em metal (ponta seca). A obra assume a forma de um jogo da memória composto por cartas que apresentam imagens simbólicas e informações relacionadas às vítimas pesquisadas. Nesse sentido, compreendo o processo artístico como parte constitutiva da investigação, operando não apenas como resultado estético, mas como procedimento metodológico e dispositivo de produção de memória, denúncia e reflexão crítica.

MEMORIZANDO A SI

As primeiras memórias sapatonas que investiguei para a construção deste trabalho parte de mim.É tenso atravessar as portas da lembrança da minha trajetória e crescimento. Ao contrário do que algumas pessoas próximas imaginavam, sair do armário não foi repentino, nem inesperado, muito menos aleatório. Foram anos sendo minha própria inimiga, fazendo de tudo para não enxergar o que acontecia comigo. Não fui minha inimiga por não saber o que acontecia, nesse caso seria desconhecimento. Me tornei minha inimiga por estar tão ciente do que estava acontecendo comigo que minha reação foi me esforçar ao máximo para esconder partes de mim. Com isso, eu assumi uma espécie de vida dupla, na qual uma parte dela só existiria dentro do contexto mais silencioso, secreto e indiscutível. Foi o que consegui fazer. A primeira vez que me apaixonei pela minha colega de classe no ensino fundamental, eu soube. Mas ninguém soube, pois isso só morava na minha própria cabeça. O meu primeiro beijo na adolescência aconteceu com outra colega de classe; eu soube, e ela também. Mas ninguém soube. E cada vez mais aumentava o esforço para assegurar que ninguém soubesse. Era tanto esforço para não levantar suspeitas que até eu, que sabia, deixava de saber.

Cresci no interior noroeste do Rio Grande do Sul, onde a terra é de um vermelho vivo. Morava com meus pais e irmãos na mesma casa, mas o restante da família sempre esteve na região metropolitana. Meus pais saíram da cidade grande para viver em uma cidade mais interiorana, e eu cresci sendo “a prima com sotaque estranho”. Nas férias, quando ia visitar a família, percebia a curiosidade deles sobre como era viver no interior. Uma prima costumava repetir inúmeras vezes minhas palavras em voz alta, na tentativa de imitar o sotaque, como se fosse outra língua. Mas, para mim, essas diferenças nunca foram um problema. O que realmente me fazia sentir deslocada não era a geografia, e

sim a sexualidade. Antes mesmo de saber o que isso significava, já sentia o peso da diferença, da inadequação. A cisheteronormatividade nesses espaços não parecia apenas uma expectativa, mas uma exigência. Quando visitava a região metropolitana, via uma diversidade que não existia no meu cotidiano. Não que crescer sendo LGBTQIAPN+ nas grandes cidades seja fácil; sei que também há batalhas duras. Mas, como criança interiorana, era ali que eu via pessoas diversas que pareciam seguras de si. Alguns, inclusive, andavam em grandes grupos. Parecia um lugar onde, mesmo difícil, ser "diferente" era possível.

Nasci em 1996 e, durante minha infância e parte da adolescência, minha cidade parecia distante — em todos os sentidos — de qualquer contexto mais plural. Se para mim a representatividade foi quase inexistente, imagina para quem veio antes. Talvez por isso eu mal visse essas pessoas andando plenas, em grupos pela cidade. Existe uma brutalidade silenciosa em ser dissidente sexual e de gênero onde tudo insiste em normatizar. Durante a infância, vi poucas sapatonas na minha cidade, mas lembro delas até hoje. Viviam, digamos, escondidas, sem falar de si. Especialmente as caminhoneiras, que se negavam a performar a feminilidade padrão. Honro suas existências com minha memória e minha trajetória. Quando as via, pensava que eram corajosas por desafiar a norma. Eu, por outro lado, não me via com a mesma força. Passei anos tentando ignorar o que sentia, lutando para me encaixar, nem que fosse apenas aos olhos dos outros. Mas, por mais que tentasse, aquela vida nunca bastava — nem para mim, nem para o ideal normativo.

Vivi uma vida dupla. Hoje falo disso sem medo. Na adolescência, tive namorados e não conseguia amá-los. Acreditava ser uma pessoa "fria", incapaz de sentir. Às vezes me sentia cruel por não sentir amor por eles; todos à minha volta me achavam "ogra" demais quando se tratava dos meus namoros, os assumidos. Era como se minha "ogrice" fosse algo intrínseco da minha personalidade. Eu também acreditava que esse papo de amor não era para mim. Mas, ao menos, tentava fazer o que deveria ser feito. Atrás desses relacionamentos aceitáveis, mantinha um amor escondido com minha melhor amiga. Foram anos assim, mudavam os nomes, mas o roteiro era o mesmo. Aos 17, saí de casa em meio a conflitos familiares e fui embora da minha cidade. Morei com um namorado, quase como um arranjo matrimonial. Acreditei que a "loucura" de amar minha amiga havia passado e que eu finalmente viveria "normalmente". Mas, no fundo, eu sabia: aquilo não era para mim. Voltei aos 22 para minha cidade natal. O cotidiano por lá já mostrava mais diversidade, ainda tímida, ainda menor do que nas grandes cidades, mas visivelmente diferente da minha adolescência. Ser LGBTQIAPN+ já não parecia mais um segredo inconfessável.

Por trás da vida normativa, havia uma outra, vivida à margem, sustentada pela confusão e pelo silêncio. Tudo era tão errado naquele contexto que só podia existir se ninguém falasse. Sempre às escondidas. Sempre como se fosse uma fase. Por anos, guardei esse segredo entre mim e as "amigas" que compartilhavam o mesmo segredo e ele me cobrou caro. Como afirma Audre Lorde (2019), nossos silêncios não nos protegem; ao contrário, sustentam as estruturas que nos violentam. Romper com esse silêncio, portanto, torna-se também um gesto de sobrevivência e de transformação. Para me aceitar e me assumir ao mundo, precisei antes sobreviver a mim mesma. O preconceito opera de modo tão profundo que nos faz odiar quem somos. É um mecanismo que o sistema utiliza para manter a norma, transformando o sujeito e

inimigo de si mesmo. Isso também acontece no contexto racial: o corpo racializado é ensinado a rejeitar seus traços, a desejar não ter nascido como nasceu. A violência vem de fora, mas nos faz sentir culpadas. Agora imagina quando esse corpo é racializado*e* LGBTQIAPN+. Nos odiamos porque o outro nos odeia. E isso é brutal.

Sensibilizar-se consigo mesma, entender que não há erro em existir de forma dissidente num mundo de poucas referências, é um processo longo e intenso. Um dos caminhos foi perceber que não havia nada de errado comigo e sim, com o que me fazia sentir errada. De onde vem essa norma que define um único jeito legítimo de viver? Muitos recorrem à religião, outros à moral. Mas será mesmo que a diversidade nos afetos e nas formas de se relacionar é tão 'anormal' assim? Povos de diferentes partes do mundo — muito antes da colonização e da imposição cristã — viviam afetos e gêneros de forma diversa. A existência de relações homoafetivas é tão antiga quanto a humanidade. Não é invenção moderna, nem exclusividade ocidental. Hoje entendo que minhas memórias não são apenas lembranças soltas: são fragmentos de uma experiência coletiva que me atravessa enquanto sujeito histórico. Revisitar essas cenas não é só um exercício íntimo, é também um gesto político.

O apagamento das vidas sapatonas começa cedo. Começa quando não nos vemos, quando nossa existência é tratada como erro, exceção e segredo. Esse apagamento não é apenas individual, mas histórico e social, resultado de processos que definem quais vidas são lembradas e quais são condenadas ao esquecimento. Silvia Rivera Cusicanqui (2021) propõe que as disputas pela memória também são disputas políticas sobre quem tem o direito de existir na história. O que vivi, muitas viveram. E muitas já não estão aqui para contar. Porque sair do armário não é o fim da luta e sim, o início de outra. É nesse ponto que minha trajetória pessoal se transforma em pesquisa e dá origem à obra *Jogo da Memória: em memória às existências sapatão*. Este trabalho nasce da urgência de olhar para a violência, mas também do desejo de reavivar presenças que ainda ecoam, apesar das tentativas de apagamento. Como sapatona crescida no interior, também conheço o peso do silêncio. E também conheço a potência da memória. Por isso, decidi que esta pesquisa não começaria nos livros, mas em mim mesma, em um corpo que lembra, sente e resiste.

A existência sapatona é um processo longo, às vezes lento, quase sempre solitário. É construção e reconstrução atravessada por impedimentos, ausências e violências simbólicas — muitas antes mesmo de termos palavras para nos nomear. Ser acolhida não é automático, especialmente em lugares onde qualquer desvio da norma é pecado, erro ou vergonha. Crescer sapatona no interior, sem internet, sem comunidades virtuais, foi um processo solitário. Minha infância e adolescência aconteceram fora das redes. Vi as *lanhouses* surgirem, mas minha família levou tempo para ter um computador. Não existiam blogs, vídeos ou páginas onde eu pudesse me ver. A dissidência sexual era vivida sem eco, sem nome. A ausência era mais que simbólica, era física.

As poucas sapatonas que vi carregavam nos corpos uma coragem silenciosa. Viviam à margem: escondidas, vigiadas e desacreditadas. Algumas desapareceram. Outras não resistiram. Os índices de suicídio entre jovens sapatonas no interior são altos. O Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (2014–2017), elaborado pelo Grupo de Pesquisa

Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, aponta que, entre 2014 e 2017, 82 dos 126 casos de lesbocídio registrados ocorreram no interior dos estados brasileiros. Esse estudo revela que, embora o estado de São Paulo tenha concentrado 20% das mortes, é nas regiões rurais e interioranas que a violência letal contra sapatonas se manifesta de forma mais recorrente e brutal. São marcas profundas, são feridas abertas de um sistema que nos adoece. Desde que minha mãe começou a dar aula, já enterrou quatro alunas sapatonas. Isso é alarmante. Diante disso, me pergunto: o que tanto ameaça essas existências? Por que tanto medo, tanto ódio, tanto esforço em nos silenciar? O corpo sapatão, aqui especialmente no interior, rompe com a lógica patriarcal da docilidade, da heterossexualidade compulsória, da feminilidade servil. Ele afirma o desejo próprio, a autonomia, a liberdade. E é por isso que incomoda.

Relembrar esses caminhos — os lugares, as dores, as sensações — fez parte do meu processo artístico. Cada retorno à memória é também um gesto de enfrentamento. Uma recusa ao esquecimento. Uma maneira de dizer: estamos aqui, mesmo quando nos querem apagadas. Eu estive aqui mesmo quando me esforcei para me tornar invisível até para mim mesma. Acreditando naquilo que contavam, o mito da normatividade, eu me abandonei por muitos momentos, e ainda estive ali.

A INVENÇÃO DO MIM E DO NÓS

A imposição da heterossexualidade como única forma legítima de desejo é uma construção histórica, ligada à colonização e à moral cristã ocidental. O sistema capitalista colonial não apenas invadiu territórios e saqueou riquezas. Ele também nos invadiu e invade por dentro. Impôs formas de pensar, de sentir, de existir. A colonização não foi só uma violência externa, ela também moldou o íntimo, inventando categorias, definindo quem pode ser alguém e quem será sempre um desvio desse ideal de "ser alguém". Então é articulado maneiras para que se sustente essa ideia e se perpetue por tantos anos, ela vai se adaptando de acordo com a realidade atual, mas a norma se mantém. Nessa norma é preferível o corpo branco, cis hetero e rico. O Brasil não é mais colônia, mas a colonialidade ainda vive. Nesse processo, as subjetividades foram moldadas a partir de uma lógica binária, normativa, disciplinadora. Gloria Anzaldúa (2016) nos lembra que viver nas fronteiras é viver em guerra, porque ali se chocam mundos — e dentro de nós também há fronteiras. Autora desenvolve a ideia de corpo fronteiriço como uma extensão da sua teoria sobre as fronteiras físicas, culturais, linguísticas, espirituais e identitárias. Para ela, o corpo fronteiriço é aquele que encarna contradições, que vive em entre-lugares e que é constantemente atravessado por diferentes sistemas de opressão e de resistência. É dentro dessa lógica de inventar um ideal a ser atingido, um jeito certo de viver e se relacionar que brinco com a ideia de "invenção do mim". Foram inventados um jeito para que o eu, o tu e o nós fôssemos iguais, e todos aqueles que não se encaixam vivem batalhas internas e externas dessa exclusão. A invenção do "mim" colonizado está diretamente ligada à imposição de uma ordem que define os corpos a partir da funcionalidade, da produtividade e da obediência à norma. O colonialismo agiu de forma violenta, não só política e economicamente, mas epistemologicamente. Impôs valores ocidentais como universais, silenciando saberes outros, sexualidades outras, afetos outros. As potências coloniais europeias, ao estabelecerem um modelo cis-heteronormativo, patriarcal e branco, instituíram uma

norma sobre como os corpos deveriam se comportar, se relacionar e desejar. A relação entre homem e mulher — em que o homem é ativo, dominador, racional, e a mulher, submissa, reprodutora, dócil — foi construída como única possibilidade legítima de existência e afeto. Tudo que fugia disso passou a ser visto como ameaça, erro, pecado, loucura ou doença.

Paul B. Preciado, em Multidões Queer (2011), afirma que o sistema de sexo-gênero não é natural, mas um dispositivo político. Ele aponta como os corpos são produzidos pela biopolítica, regulados por discursos médicos, jurídicos, religiosos e midiáticos. O que somos — ou o que podemos ser — está atrelado a um regime que controla os gestos, os prazeres, as identidades. A heterossexualidade compulsória e a cisgeneridade obrigatória são tecnologias coloniais. Elas mantêm o funcionamento de uma máquina que produz corpos úteis ao capital, previsíveis ao Estado, legíveis à norma. Nas Américas, muitos povos originários tinham compreensões mais fluidas sobre esses temas. Os *Two-Spirit*, entre os indígenas da América do Norte, combinavam traços do masculino e do feminino e ocupavam papéis sociais e espirituais importantes. Entre os Tupi-Guarani e os Tupinambá, há registros de práticas homoafetivas e de flexibilidade de gênero — registros que o olhar colonizador tentou apagar ou distorcer. Os Mapuche, no Chile e na Argentina, também têm indícios de vivências não-normativas anteriores à chegada dos colonizadores europeus.

Ser sapatona, nesse contexto, é rasgar o roteiro. É perturbar o script do gênero. É desafiar a norma que exige feminilidade servil, maternidade compulsória e desejo voltado ao homem. Como afirma Monique Wittig (1973), a lésbica não é uma mulher. Ou melhor, ela desmonta o mito da mulher enquanto categoria fixa, naturalizada, atrelada à função sexual e reprodutiva no sistema heterossexual. A mulher, segundo a autora, é uma categoria política construída para estar subordinada ao homem. A sapatona coloca em colapso as categorias da diferença sexual sobre as quais se ergue o patriarcado. E a caminhoneira, figura frequentemente ridicularizada ou marginalizada nos imaginários urbanos e ainda mais no interior, é o corpo-dispositivo que mais desafia a estrutura binária. Ela perturba não apenas pela sua aparência, mas pela recusa ao feminino tal como foi inventado pela norma. Ela diz: não vou performar para vocês. Ela existe fora do desejo do outro, fora do controle. E isso é profundamente ameaçador ao sistema.

No interior do Rio Grande do Sul — como em muitos interiores do Brasil e da América Latina —, a norma ainda se apresenta com dureza. A presença da igreja, a centralidade da família tradicional, a ausência de espaços seguros para corpos dissidentes torna ainda mais evidente a violência dessa colonização das subjetividades. A repressão não é apenas institucional, ela está nos olhares, nos silêncios, nas chacotas, nos "conselhos" bem-intencionados. Ela está em como somos ensinadas a odiar partes de nós mesmas antes mesmo de saber nomeá-las. A invenção do "mim" se dá num terreno minado: somos ensinadas a performar uma identidade que não nos cabe, sob pena de exclusão, punição ou aniquilamento. E isso nos fere profundamente. Mas, como nos diz Anzaldúa (2016), nas fraturas também nasce a possibilidade de reinvenção. Nas fronteiras do ser — entre o que nos impõem e o que sentimos pulsar — podemos inventar um "nós". Esse "nós" não é homogêneo. Não é uma nova norma. É uma constelação de existências que se reconhecem na dissonância, na transgressão, na

recusa. Um "nós" sapatão, queer, dissidente. Um "nós" que não cabe nos papéis coloniais de gênero, que rasura as bordas, que desmonta os binarismos. Um "nós" que não é só denúncia, mas também invenção. Reinvenção do corpo, do desejo, da política. E é por isso que pensar a arte como lugar de insurgência é fundamental. Porque ela permite imaginar outros modos de ser, de amar, de estar no mundo. Ela descoloniza o olhar. Ela é a ferramenta com a qual podemos desmontar o que nos foi imposto e costurar outras subjetividades. Um "mim" que se recusa a ser só o que esperam. Um "nós" que se fortalece na memória, na partilha, na resistência. Existe um nós nessa multidão queer, como sugere Preciado (2011), conceito que junta corpos dissidentes em um coletivo potente, que desafia a ordem vigente não apenas por existir, mas por criar novos mundos possíveis. É uma estratégia política de resistência e invenção que se opõe à lógica da assimilação e da normatividade. Somos multidões. A heterossexualidade não é uma prática ou uma orientação sexual. É um regime político (Wittig, 2001).

Gloria Anzaldúa (2016), em *Borderlands/La Frontera* , afirma ser uma mistura que não pode ser separada. Ser fronteira. A sua escrita revela como a subjetividade é fragmentada, fronteiriça, dividida entre mundos que se negam mutuamente. Viver fora da norma — como sapatona, como racializada, como mulher etc. — é viver nesse entre-lugar, nesse espaço que desafia a estabilidade dos significados. Para a autora essa fronteira é também um espaço de potência, de criação, de reinvenção do ser (ANZALDÚA 2016). No entanto, essa reinvenção exige um embate direto com o projeto colonial de subjetivação. Maria Lugones (2020), em *Colonialidade e Gênero*, explica como a matriz colonial de poder instituiu o sistema sexo-gênero como forma de dominação. Para ela, o colonialismo moderno impôs a organização da diferença sexual como uma estrutura rígida de opressão, tornando o gênero um mecanismo de racialização e controle. O "ser mulher" e o "ser homem" passaram a ser moldados segundo padrões eurocêntricos, com o objetivo de sustentar a economia do trabalho e a hierarquia social. Lugones (2008) denuncia que a colonialidade destruiu as formas relacionais e existenciais indígenas, africanas e asiáticas, impondo uma normatividade violenta que até hoje define quem pode viver e como.

É nesse ponto que o "mim" e o "nós" se encontram. A invenção do "mim" — ou seja, da identidade pessoal — não é desvinculada da invenção do "nós" — a coletividade à qual se pertence ou se deseja pertencer. Como aponta Lara V. S. Palmeiras ao analisar Anzaldúa, as identidades na fronteira são permeadas pela contradição, ser fronteira é ser ao mesmo tempo ruptura e costura. A experiência subjetiva é, assim, um campo de batalha entre imposição e invenção. Dorotea Grijalva (2023), no texto *Meu corpo é um território político*, também reforça essa ideia. Para ela, os corpos dissidentes são insurgências vivas contra o projeto colonial de dominação. Quando reivindicamos nossos corpos e desejos como legítimos, estamos também desafiando o que foi estabelecido como natural e universal. Nossos corpos não são erros, são territórios de luta e de saber. A invenção do "mim" e do "nós", portanto, passa por reconhecer que somos o resultado de uma disputa entre o que nos ensinaram a ser e o que escolhemos nos tornar. Entre o silêncio imposto e a fala conquistada. Entre a dor da exclusão e a alegria da reinvenção. Somos atravessadas por normas, mas também pelas falhas dessas normas, pelas brechas, pelos desvios, pelos excessos. Romper com a normatividade é também um processo de cura e de imaginação radical. É dizer, como Anzaldúa (2016), que a fronteira é uma ferida aberta onde o Terceiro Mundo grita. E é nesse grito que nos

escutamos, nos encontramos, nos inventamos — em comunidade, em memória, em resistência.

PELO DIREITO A UM COTIDIANO ORDINÁRIO

O Brasil segue sendo um dos países que mais assassina pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, uma pessoa LGBTQIAPN+ foi assassinada a cada 38 horas em 2023. A frieza desses números é assustadora, mas mais terrível ainda é a sua previsibilidade. Já sabemos que vai acontecer de novo. E de novo. E de novo. Essa repetição contínua de violências não pode ser pensada como exceção, como um acidente isolado. Ela é sintoma de uma estrutura que permite, acoberta e legitima a eliminação sistemática de certos corpos.

Com isso, os lesbocídios seguem sendo invisibilizados. O foco nas pessoas sapatonas neste trabalho se dá justamente pela mensagem da série de gravuras "Jogo da Memória: Em memórias das existências sapatonas na América Latina". De 2014 a 2017, houve um aumento de 150% nos casos confirmados de mulheres lésbicas assassinadas por motivação de ódio no Brasil, segundo o primeiro Dossiê sobre Lesbocídio, organizado por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felippe Soares e Maria Clara Dias. Esses dados, no entanto, são apenas uma pequena fresta da realidade, pois, como aponta o próprio documento, as investigações costumam ser frágeis, os dados incompletos, e com descaso institucional. O Estado e a mídia falham em nomear essas mortes como o que de fato são: crimes de ódio. A lesbofobia se torna, assim, um fantasma que ronda, fere e mata, mas que raramente é reconhecido em sua gravidade.

Antes dos assassinatos físicos, existe o assassinato simbólico — o apagamento. A lesbofobia não está só no momento extremo da morte, mas no cotidiano da exclusão: na piada que ridiculariza, na família que rejeita, no médico que não acredita, na professora que silencia, no jornal que omite. Esse apagamento é ainda mais brutal quando se trata de sapatonas negras. Crimes de ódio na América Latina, a violência lesbofóbica é ainda mais intensa quando interseccionada ao racismo. No entanto, os dados oficiais raramente reconhecem essa sobreposição. O Relatório da Rede Latino-Americana e do Caribe de Pessoas LGBTI (RedLacTrans, 2020) aponta que lésbicas racializadas — negras, indígenas e mestiças — sofrem índices de violência muito mais altos do que lésbicas brancas, evidenciando que a maioria dos crimes de ódio não é motivada apenas pela lesbofobia, mas também atravessada por marcadores raciais e socioeconômicos. No Dossiê sobre Lesbocídio (Grupo de Pesquisa Lesbocídio, 2018) as autoras dossiê alertam que a falta de dados raciais sistematizados constitui, por si só, uma estratégia de apagamento e invisibilização dessas existências. A mulher morta é registrada como "mulher", no máximo como "negra", e quase nunca como "uma mulher negra e sapatona". Quando nomeada, costuma ser tratada como "envolvida com crime", como "masculinizada", como "confusa". A identidade sapatão — especialmente a sapatão preta — é sistematicamente negada.

Grada Kilomba (2019) afirma que negar ou apagar identidades raciais é uma forma de perpetuar o racismo. E o mesmo pode ser dito da lesbofobia. Ao não nomear as violências como lesbocídio, ao não reconhecer os padrões que se repetem, o sistema

opera para manter a impunidade e a marginalização. As sapatonas negras são, assim, triplamente silenciadas: pelo racismo, pela lesbofobia e pela negação da própria existência como sujeito político. É preciso dizer com todas as letras: a LGBTfobia não é uma questão do passado. Ela está presente, estruturada no cotidiano. Não se trata apenas dos casos extremos — embora eles sejam chocantes —, mas do direito negado a uma vida ordinária. O que se reivindica aqui não é um heroísmo, uma excepcionalidade, uma visibilidade performática. É o direito de sair na rua de mãos dadas sem medo. A amar sem ter que explicar. A viver uma vida simples, banal, cotidiana. A entrar no mercado, na escola, na fila do banco sem que a nossa existência cause incômodo, riso ou ameaça. A vida comum de MeiyHellen e Emily, que moravam juntas numa vida de casal, incomodou seu vizinho ex-policial que as matou covardemente pelas costas.

Para muitas sapatonas, esse cotidiano ordinário é inalcançável. Ainda que haja conquistas legais, como o casamento igualitário ou a criminalização da LGBTfobia, a realidade concreta das periferias de grandes cidades, dos interiores, das cidades pequenas, ainda é marcada pelo medo. Ser sapatão ainda é um risco. É caminhar entre olhares de desconfiança, entre insultos, entre possibilidades de violência. É precisar se esconder em nome da sobrevivência. Essa realidade nos coloca diante de uma urgência: é preciso nomear as violências, reconhecer suas raízes estruturais e desmontar os mecanismos que as sustentam. Isso exige políticas públicas, sim, mas exige também uma transformação cultural. É preciso tensionar os discursos normativos, romper os silêncios e multiplicar as narrativas. No Chile, Carolina Urbina rompia com as normas quando negava os padrões de feminilidade, vivia sua vida sapatona ou *mejor, su vida camiona*. No Dia dos Namorados, estava voltando de um jogo de futebol com sua namorada, andando de mãos dadas na rua quando lhe gritaram *"Maricona".* Os dois homens que gritavam a Carolina, eram conhecidos da Universidade que ela frequentava e não era a primeira vez que insultaram a Carolina, mas mal sabia que seria a última vez. No Dia dos Namorados, Caroline Turbines foi covardemente agredida a ponto de parar na UTI da antiga Posta Central, em Santiago, Chile, com fratura no crânio e hemorragia interna. Embora Carolina tenha saído do hospital, seu estado não é propício para levar uma vida independente como a que ela tinha antes do ataque.

Há geralmente brutalidade exacerbada, com requintes de crueldade. Isso não é acidental – é uma forma de "mensagem social" que tenta punir o outro por simplesmente existir. Quando um agressor afirma ter cometido o crime "por ódio" – como ocorre em muitos casos de violência LGBTfóbica em que a motivação é expressamente declarada ou inferida da brutalidade da ação – ele está reiterando o que a pesquisadora argentina Rita Segato (2016) chama de pedagogia da crueldade. A violência, nesse sentido, é performada como uma mensagem social: ela comunica, ensina, regula. O corpo da vítima se torna um "quadro de avisos" da norma, onde se inscreve a punição por transgredi-la. Às vezes não basta a forma brutal em que essas sapatas são expostas, os agressores ainda fazem questão de deixar bilhetes como no caso do casal sapatão Betzi e Kelli da Guatemala. Segundo notícias, no dia 23 de abril de 2019, que encontraram os corpos do casal amarrados com fita adesiva. Ambas as vítimas foram atacadas com facas e seus corpos ficaram seminus, com as mãos amarradas e com mensagens lesbofóbicas.

No Brasil, desde a decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019, a LGBTfobia passou a ser equiparada ao crime de racismo (Lei 7.716/1989), até que o Congresso

Nacional aprovou legislação específica sobre o tema. Isso significa que agressões motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero podem ser julgadas com base na mesma lógica da discriminação racial: como uma forma de violência estrutural, coletiva e sistemática, que ultrapassa o âmbito do conflito interpessoal. Apesar de crime, os casos continuam a acontecer. No Brasil Ana Caroline, sapatona e *camiona*, voltava do trabalho a noite quando desapareceu. A rede social de sua namorada ainda é alimentada por postagens de vídeos das duas juntas para celebrar o amor delas. No dia 10 de dezembro de 2023 os noticiários anunciaram que Ana Caroline foi encontrada morta, com requintes de crueldade no Bairro Novo, em Maranhãozinho, cidade a 232 km de São Luís. A jovem teve a pele do rosto, couro cabeludo, olhos e orelhas retirados. A quem incomoda o corpo sapatão?

A ARTE COMO LUGAR DE DENÚNCIA, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

A arte é capaz de movimentar pensamentos, causa fissuras. Tornar visível aquilo que nos rodeia, que pode se opor à ideia da arte que serve ao belo. Ela pode conscientizar, denunciar, relembrar. Ela nos permite contar outras histórias. O jogo da memória que proponho em minha obra é também uma tentativa de disputar as narrativas. De fazer lembrar o que tentam fazer esquecer. De dar rosto, nome e história às sapatonas que foram mortas e às que seguem vivas. Reivindicar o direito a um cotidiano ordinário é, portanto, uma revolução. A obra é uma caixa branca que se assemelha a uma caixa de jogo comum (Figura 1). A capa da caixa brinca com o lúdico do jogo e explana que ali dentro contém peças difíceis de engolir. É tipo os jogos comuns quando indicam faixa etária e peças que são fáceis ou não de engolir. Aqui, todas as peças não são deglutidas.

Figura 1- Caixa do Jogo.

Fonte: Elaborado pela autora(2024).

Se a memória é um exercício, vamos jogar e praticar. A memória não está apenas no passado, mas se dá como uma prática cotidiana, ativa, que nos exige um compromisso ético e sensível com o presente. A memória não é arquivo morto, é insistência viva. É nesse entendimento que se ancora o "Jogo da Memória: em memória às existências sapatão", não como um mero resgate de nomes esquecidos, mas como um gesto político de reinscrição da presença sapatona na paisagem sensível da história. Dentro da caixa existem cartas que servem de peças do jogo, cada carta contém uma gravura em metal na técnica ponta seca que ilustra simbolicamente essas sapatonas vítimas de lesbocídio (Figura 2). Não são imagens originais das vítimas, e sim imagens simbólicas para representá-las nesse exercício de não deixar no silêncio os crimes de ódio às existências sapatonas na América Latina. O jogo não é apenas um dispositivo lúdico; ele é ferramenta de disputa, contra o apagamento, contra o silêncio e contra a repetição do trauma como norma. Os pares das cartas do jogo da memória são cartas que contêm o nome e a localidade das vítimas. Todas as cartas ficam dispostas dentro da caixa (Figura 3). O manual de instruções indica: 1) Embaralhe bem todas as cartas. 2) Disponha as cartas viradas para baixo, formando uma grade (por exemplo, 5x8). 3) No seu turno, vire duas cartas. Se forem um par, deixe-as viradas para cima. Se não forem, vire-as novamente para baixo. 4) Jogue em silêncio ou compartilhe memórias. Fale o nome em voz alta. Repita, se quiser. Dê tempo para que o nome habite o espaço. 5) Siga jogando até que todos os pares sejam encontrados.

Figura 2- Peças do jogo feitas em gravura em metal "Jogo da Memória".

Fonte: Elaborado pela autora(2024).

Figura 3- Caixa aberta com carta com nomes e localidades à vista

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A arte, nesse contexto, emerge como linguagem potente para produzir outras formas de existência, outras formas de narrar e ser narrada. Como afirma Grada Kilomba (2019), a violência epistêmica também se dá quando determinadas vozes são sistematicamente silenciadas ou invalidadas. Quem pode falar? pergunta ela. A resposta não é apenas quem *tem* voz, mas quem é *autorizada* a ser escutada. A arte se torna, então, um campo de reconfiguração dessa escuta, possibilitando que corpos marginalizados ocupem espaço simbólico, afetivo e político. Ao convocar essas vozes esquecidas, o trabalho com memória assume uma dimensão ética. Em seu texto "Colonialidade e gênero", Maria Lugones argumenta que o projeto moderno/colonial operou uma cisão brutal entre corpo e pensamento, entre vida e linguagem, e que a colonialidade do gênero é um instrumento de desumanização que atravessa nossos modos de ser e existir. Produzir memória, portanto, é também desmontar essa cisão. É refazer as costuras de uma história comum que nos foi negada — com nossos próprios fios, nossas mãos e nossos afetos. Neste trabalho a arte é usada para que não se deixe esquecer, em memórias a todas as vítimas. É uma homenagem a essas sapatonas que se foram, mas também um convite a lembrar que ainda estamos aqui, e vamos continuar estando. As cartas dos jogos revelam diversas vítimas da América Latina (Figura 4). Mas as imagens gravadas foram pensadas em representar elas plenamente, sem a violência explícita de forma visual. Elas estão em um cotidiano comum, ordinário.

Figura 4- Cartas do jogo de memória. Em memória as sapatonas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A arte, quando mobiliza a memória, não o faz apenas como registro. Ela é uma força de contágio, que toca corpos e reativa potências. Ela cria zonas de contato onde a dor não é só sofrimento, mas também possibilidade de reconfiguração. Por isso, o trabalho com a dor exige cuidado. Bell Hooks (2021) nos lembra que o amor, como ética política, é também uma forma de cuidar das feridas, de criar espaço para a vulnerabilidade sem que isso signifique fraqueza. O jogo da memória é, também, um gesto de amor radical: uma tentativa de sustentar o insuportável e, ao mesmo tempo, não deixar que ele nos paralise. Aliás, eu vou continuar amando. Sou sapatona criada no interior e que saiu de casa ainda jovem, carrego comigo todas aquelas que vieram antes abrindo os caminhos, aquelas que tiveram sua vida interrompida, aquelas que vivem com isso trancado dentro de si e nunca assumiram, eu estou com vocês também. Carrego as confusas, as fluidas, as apenas curiosas, carrego aquelas que de alguma forma, não cabem. Não cabem dentro da norma que tenta assumir controle dos nossos corpos e desejos. Carrego aquelas que são fronteiriças.

Mas é possível resistir onde há dor? Como tornar a dor compartilhada, elaborada e simbolizada, em território de resistência. Como aponta Dorotea Grijalva (2023), o corpo é um território político. Um território insurgente, onde podemos desafiar a norma, inventar práticas outras de existência, prazer, cuidado e comunidade. Ao afirmar que *o corpo é um território político*, a autora transforma o íntimo em ferramenta coletiva: o que eu sinto, carrego, experiencio — isso também é política. Grijalva (2023) também compreende o corpo como lugar de memória viva. Ele lembra do que foi

silenciado: das práticas ancestrais, dos afetos proibidos, das linguagens apagadas. E lembrar, nesse contexto, é também resistir. No corpo, guardamos histórias que nos proibiram de contar. Essa leitura fortalece a proposta com o jogo da memória — onde o corpo sapatão, excluído e violentado, é lembrado como presença política. E nesse território, a arte atua como cartografia viva. A gravura, com sua repetição e insistência no gesto, se torna metáfora para a persistência da memória e da presença. Cada par do jogo revela não só uma vida interrompida, mas também uma história que permanece. É nesse gesto que o trabalho com arte se torna também um trabalho de luto, mas um luto que se transforma em luta (Butler,2024).

A memória ativada pela arte é um gesto que incide no presente e projeta futuro. É prática coletiva de(re)conhecimento, de subjetivação e de escuta. O "Jogo da Memória" se insere nesse horizonte como dispositivo de desobediência epistêmica. Ele não apenas denuncia o lesbocídio, mas convida à reparação simbólica, mesmo que provisória, dos vínculos rompidos. Ao convocar as imagens das que se foram, ele restitui dignidade. Ao articular os pares, ele refaz conexões. Ao tornar o lúdico espaço de memória, ele desloca a violência para um campo onde o sensível e o político se entrelaçam. No fundo da caixa do jogo uma folha em transparência anuncia "Que nossa memória construa rebeldia" (Figura 5). Ao colocá-la ao fundo da caixa do jogo, quase como uma camada subterrânea, ela evoca a ideia de que a memória não é passiva: ela é ação, é insubordinação, é movimento.

Figura 5-Fundo da caixa do jogo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A rebeldia nasce quando viver não é garantido, quando nossos corpos são lidos como desvios, quando nossos afetos são criminalizados, quando a nossa existência é constantemente colocada em risco. Tornar-se rebelde, então, é recusar a norma que mata lentamente, é interromper o ciclo da obediência que nos sufoca. Como escreve Gloria Anzaldúa (2016), viver nas fronteiras é viver em guerra — e nessa guerra, a rebeldia é uma forma de cuidado consigo e com o coletivo. É o gesto de não aceitar o

que nos foi dado como destino. É a escolha de lembrar, de dizer, de gritar, de criar — mesmo quando tudo ao redor quer silêncio.

Rebelar-se é também afirmar a vida. É insistir em viver do nosso jeito, com nossos desejos, nossas histórias e nossas alianças. É produzir mundos em que caibamos. Por isso, no meu trabalho, a memória rebelde não é só denúncia: é invenção de outra possibilidade de futuro. É o amor que é teimoso. É um gesto radical de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever desde o "entre-lugar" de minhas fronteiras, tomo a experiência da fratura como potência criadora. As fronteiras, nesse sentido, são feridas onde se cruzam mundos distintos — e é justamente nesse encontro que se produz linguagem, identidade e território. A experiência sapatona, especialmente nos contextos periféricos e interioranos da América Latina, é marcada por essa lógica de fronteira: estamos sempre entre. Entre a norma e a ruptura, entre o silêncio e o grito, entre a dor e a criação. A obra *Jogo da Memória: em memória às existências sapatonas* é, assim, um gesto desde essa borda — uma tentativa de costurar memórias esgarçadas pelo apagamento, de transformar ausência em presença. A gravura, enquanto técnica e linguagem, se torna meio para esse fazer com as bordas: riscar, marcar, imprimir, repetir — como quem insiste em dizer que existimos. Mais do que lembrar, a proposta é insistir. Insistir que a arte pode ser um espaço de insurgência. Insistir que nossas histórias importam, mesmo quando tentam apagá-las. Insistir que a memória é uma forma de justiça e, sobretudo, de continuidade. Este trabalho não se encerra em mim. A cada jogo da memória que se revela, evoco nomes, rostos, histórias que o preconceito tentou esconder. Esta lista não é completa — infelizmente, jamais seria. Mas é um gesto de luto e luta, um chamado para que nenhuma vida sapatona seja esquecida. Que suas memórias sejam costura, resistência e continuidade.

Em memória a:
Meiry Hellen e Emilly Martins
Ana Mickaelly –
Luana Barbosa
Ana Caroline
Betzi Esmeralda Co Sagastume e Kelli Maritza Villagrán Recinos
Karen Janelly Pereyra
Nohemi e Yulitza
OdillaCatillo, 17 anos
Nicole Saavedra Bahamondes
Susana Sanhueza Aravena
Carolina Torres Urbina. **Continua…**

MEMORY GAME: IN MEMORY OF LESBIAN EXISTENCES IN LATIN AMERICA.

ABSTRACT:This article presents the series of engravings *Memory Game: In Memory of Butch Lesbian Existences in Latin America*, createdat the Federal University of Pelotas in 2024. The

research, of a poetic nature, is grounded in the artist'sexperience as a butch lesbian and art educator, articulating creative processes with studies in art and gender. The work transforms a traditional memory game into a political and sensitive device, using metal engraving to give form to absences and affirm the power of these existences. Grounded in authors Who challenge normative and colonial logics, the research connect sart, memory, and subjectivity as practices of insurgency. In thiscontext, the article aims to present and analyze the artwork, discussing how art can operate as a device of memory and denunciation in the face of lesbophobic violence in Latin America.

KEYWORDS:Memory; Lesbian; Violence; LatinAmerica.

TÍTULO: JUEGO DE LA MEMORIA: EN MEMORIA DE LAS EXISTENCIAS SAPATONAS EN AMÉRICA LATINA.

RESUMEN**:** El artículo presenta la serie de grabados*Juego de la Memoria: en memoria de las existencias sapatonas en América Latina*, creada en la Universidad Federal de Pelotas en 2024. La investigación, de carácter poético, parte de la vivencia de la artista como sapatona y educadora en arte, articulando procesos creativos conestudios de arte y género. La obra transforma el juego tradicional de memoria en un dispositivo político y sensible, utilizando el grabado en metal para dar forma a las ausencias y afirmar la potencia de estas existencias. Anclada en autores que cuestionan la lógica normativa y colonizadora, la investigación articula arte, memoria y subjetividad como prácticas de insurgencia. En este contexto, el artículo tiene como objetivo presentar y analizarla obra, discutiendo cómo el arte puede operar como un dispositivo de memoria y denuncia frente a las violências lesbofóbicas en América Latina.

PALABRAS CLAVE: Memoria; Sapatona; Violencia; América Latina.

Artigo recebido em: 08/05/2025
Aprovado para publicação em: 11/03/2026

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria.***Borderlands/La Frontera: The New Mestiza.*** 4. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Civilização brasileira, 2024.

CARNERO PERES, Milena Cristina; FELIPPE SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. ***Dossiê sobre***

lesbocídio no Brasil (2014–2017). [S.l.]: Grupo de Pesquisa Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, 2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. ***Ch'ixinakaxutxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores.*** São Paulo: n-1 edições, 2021.

GRIJALVA, Dorotea. ***Corpos lésbicos em trânsito.*** São Paulo: Edições Malina, 2023.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano***.* Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, Audre. *Irmã* **Outsider: ensaios e conferências.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque; **Pensamento feminista hoje: perpsectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020: 51-81.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Dossiê apresentado ao MDHC indica 273 mortes de LGBTIA+ no Brasil em 2022**. Disponível em:https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/dossie-apresentado-ao-mdhc-indica-273-mortes-de-lgbtia-no-brasil-em-2022.Acesso em: 12 jan. 2025.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2024/05/15/brasil-teve-230-mortes-de-pessoa-lgbti-em-2023.htm.Acesso em: 15 nov. 2024.

PALMEIRA, Lara Vieira de Souza. A força da escrita de Glória Anzaldúa. **Revista Entrelaces**, v. 1, n. 14, p. 14. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Lesbocídio: dados e estatísticas sobre assassinatos de mulheres lésbicas no Brasil.** Disponível em:https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lgbt/violencia-e-invisibilidade-marcam-realidade-de-lesbicas-no-brasil/. Acesso em: 14 nov. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais".****Estudos Feministas,*** Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

REDLACTRANS. *Relatório da Rede Latino-Americana e do Caribe de PessoasLGBTI.* 2020.
WITTIG, Monique. ***O pensamento heterossexual e outros ensaios.*** Tradução de Renata Moreno. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006

FERNANDA MACHADO: Artista e arte-educadora graduada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde participou do Programa de Residência Pedagógica- Núcleo Arte e do Programa de Educação Tutorial, dentro do grupo de Ação e Pesquisa em Educação Popular (PET GAPE). Teve obra premiada pelo Prêmio de Artes Visuais SESC RS no ano de 2025.
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-8159-0423.
E-mail: contato.machadof@gmail.com

ALINE ACCORSSI: Psicóloga, Especialista em Gestão Social, Mestra em Psicologia Social e da Personalidade, Doutora em Psicologia. Professora da Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8361-3475
E-mail: alineaccorssi@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution*4.0, para periódicos de acesso aberto (*Open ArchivesInitiative - OAI*).